

O Estado todo-poderoso, incapaz de vacinar.

JORNAL DA TARDE

O Estado brasileiro de hoje, com enlevo e indisfarçada satisfação, aquilo que o professor Benedicto Ferri de Barros chamou, com muita propriedade, de pirotécnica. Ou seja: a entoar loas às suas realizações e a jactar-se de estar realizando a felicidade geral da Nação. Um espírito mais realista, que não se deixe deslumbrar pelos efeitos exteriores das ações do governo, poderia dar a esta frase final, com o mesmo efeito sonoro, uma outra conformation: felicidade ou geral danação?

Com efeito, o Estado brasileiro é capaz de construir, ao mesmo tempo, duas usinas hidrelétricas do porte de Tucuruí e Itaipu. Não importa se falta grande parte do linha para transportar a energia produzida por elas para os centros consumidores e estejamos, desde o ano passado, vivendo sob a constante ameaça de racionamento. Para os pirotécnicos, o que vale é que os dois monumentos estão lá, plantados no Norte e no Sul do País como prova da capacidade empreendedora das gentes de Brasília.

De fato, o Estado brasileiro é capaz de produzir aços de vários tipos e até de exportá-los. Não importa, naturalmente, se as siderúrgicas estatais agrupadas numa holding chamada Siderbrás estejam devendo 15,6 bilhões de dólares. Importa menos ainda que o aço vendido pelo Estado tenha dado, em 1985, um prejuízo de 235 dólares por tonelada enquanto as siderúrgicas ligadas ao setor privado, como as do grupo Gerdau, a Belgo Mineiro, a Mannesmann e a Aços Villares, tenham conseguido, respectivamente, lucros de 16 dólares, 74 dólares, 121 dólares e 268 dólares por tonelada de aço vendida no mesmo período. O que vale para os pirotécnicos é a constelação de usinas oficiais, a constelação de empregos que elas distribuem e, principalmente, o poder que elas dão à burocracia.

Com tanta "eficiência" campeando solta nos quadros da burocracia estatal não nos surpreende que tenha sido um fracasso — um doloroso fracasso para os cidadãos do País — a última campanha de vacinação contra a poliomielite: foram vacinadas apenas 44% das cerca de 20 milhões de crianças em idade de vacinação. No Piauí, no caso mais escandaloso, e onde o problema da poliomielite é dos mais graves, apenas 7% das crianças foram atendidas.

Esta é a realidade, terrível realidade: o Estado que é capaz de produzir e vender aço, cobre, energia nuclear; que assegura por decreto que irá distribuir pelo menos um litro de leite a cada criança do País; que está prometendo no início do século XXI — portanto daqui a menos de 15 anos — dar aos brasileiros um nível de vida idêntico aos povos dos países mediterrâneos da Europa; enfim, este Estado tão onipresente e "competente" revela-se incapaz de pingar duas gotinhas de vacina Sabin na boca de 20 milhões de brasileiros com menos de cinco anos de idade. Talvez o problema esteja no fato de, apesar de todos os esforços de cientistas como o dr. Sabin e outros, ainda não se ter inventado uma forma de vacinar por decreto-lei, decreto ou uma simples resolução do Banco Central.

O mais grave é que os casos de poliomielite estão crescendo no País: em 1984 foram notificados ao Ministério da Saúde 130 casos de paralisia infantil; em 1985 esse número subiu para 534 — 138 comprovados, 131 prováveis, 242 suspeitos e 23 de outras causas. A situação pior é no Nordeste. Não é só isso, porém. No primeiro semestre o Rio de Janeiro foi assolado por uma epidemia de dengue, com alguns casos também de febre amarela, provocados por um mosquito conhecido como *aedes aegypti*, que as autoridades sanitárias consideravam erradicado do País desde as famosas campanhas de Oswaldo Cruz.

O quadro geral de saúde no Brasil é preocupante. A incidência de malária passou de 88.630 pessoas atingidas em 1976 para 399.462 em 1985; em 1976 ela atingia 7,8 em cada dez mil brasileiros e dez anos depois o índice saltou para 30,7. Com a esquistossomose a variação foi de 4,7 para 17,2 em cada 10 mil brasileiros. Em cada ano mais de 250 mil pessoas morrem de doenças infecciosas, parasitárias e do aparelho respiratório; há 60 mil novos casos de sarampo, dois mil de coqueluche e tétano e três mil de difteria. Há cinco milhões de portadores de doença de Chagas em todo o Território nacional.

Por que um quadro tão aterrador na oitava economia do mundo e que no século XXI, repetimos, terá, conforme promessa do presidente Sarney, um nível de vida semelhante ao nível dos países europeus banhados pelo Mediterrâneo?

Achamos que a resposta adequada a esta questão foi dada recentemente por alguém que sem dúvida nenhuma entende do assunto e que depois que saiu do governo se tem dedicado a um saudável processo de autocritica, o ex-ministro Delfim Neto:

"A grande verdade é que com o gigantismo do Estado ele deixou de cumprir as suas funções essenciais, como, por exemplo, garantir a segurança e administrar a justiça (e cuidar da saúde, da educação, do saneamento, acrescentamos nós). Somos prisioneiros em nossas casas e a Justiça é lenta. Isso não se deve apenas à ineficiência da Polícia ou aos problemas administrativos da Justiça, mas também à terrível escassez de recursos. E por que faltam recursos para essas atividades fundamentais do Estado? Basicamente porque o Estado se transformou num Estado-comerciante-industrial, que se apropriou de atividades que, com maior eficácia, poderiam ser realizadas pelo setor privado. O Estado brasileiro sabe produzir aço (sic), mas é incapaz de garantir a nossa segurança; sabe produzir soda cáustica, mas é incapaz de assegurar ao Poder Judiciário o mínimo de recursos para que ele possa cumprir de maneira adequada as suas funções".

Um exemplo dessas distorções: as autoridades econômicas preparam-se para enterrar 15,6 bilhões de dólares no saneamento financeiro da Siderbrás, aquela que produz aço só com prejuízos. Para o Ministério da Saúde no entanto está reservado no orçamento do próximo ano uma verba de 15 bilhões — só que de cruzados.

Nesse passo, o brasileiro nunca chegará a usufruir das delícias do mundo mediterrâneo. A não ser em discursos oficiais ou por decreto.

Agora, se o governo desobedecesse ao presidente Sarney, que não quer fazer a reforma do aparelho estatal por decreto, e decretasse a imediata redução do seu tamanho e, conseqüentemente, da sua incomensurável incompetência, se deixasse de encher quem empreende, quem trabalha e quem cria riquezas neste país, não tenha dúvidas o presidente Sarney de que chegaríamos ao século XXI fazendo inveja aos países mediterrâneos da Europa.